

# Unicameralismo será tema do Congresso constituinte

Janio de Freitas

## Na Câmara como em casa

Para o presidente de um partido que tanto denunciou a centralização do regime anterior como exacerbou o autoritarismo, o apetite com que Ulysses Guimarães pretende acumular a presidência da Constituinte, a presidência da Câmara, e com ela a virtual vice-presidência da República, e ainda a presidência do PMDB, é, quando menos, a exacerbada acintosidade da farsa vigente sob o rótulo de democratização.

A cumprir-se este senhor acúmulo ambicionado pelo ex-“Senhor Diretas”, hoje convertido ao contínuo por uma sociedade com o presidente Sarney, a Constituinte já começaria por deformação irreparável, pelos tantos reflexos que este repúdio à descentralização democratizante projetaria sobre os trabalhos constitucionais.

Agravante ainda deste aspecto do problema, ao anexar a presidência da Câmara a seus demais objetivos Ulysses Guimarães dispõe-se, invocando a uns pareceres jurídicos, a desrespeitar o preceito constitucional explícito que veda a sua reeleição. Pareceres jurídicos há para tudo e em todos os sentidos. Já a postura democrática, a compostura política a dignidade pessoal, quando existem, são invariáveis.

Sob a presidência de Ulysses Guimarães, é desconfortável mas é necessário dizê-lo, a Câmara dos Deputados viveu um dos mais tristes períodos, e provavelmente o mais, de sua existência. Porque em 85 e 86 já não estava sob a coerção do autoritarismo que lhe justificasse a permanência integral dos vícios; a omissão com que fugiu à tarefa de jogar ao lixo a legislação do regime militar; a malandricidade das ausências levada a generalização jamais vista, com a vergonha dos “esforços concentrados” e dos “votos de liderança”. Sem falar na orgia dos gastos, a que Ulysses quis dar seu toque pessoal com mais uma reforma desproporcionada e faraônica.

Ulysses Guimarães não é o responsável absoluto por isto, mas sua dupla condição de presidente da Câmara e presidente do partido nela predominante, portanto com poder e instrumentos de influência inigualáveis, faz com que as vistas da responsabilização voltem-se para ele.

Os argumentos de Ulysses para o acúmulo de cargos ainda não passaram de subterfúgios muito pobres.

nhos. Oscilam entre a autoritária “conveniência de que se entreguem todos os espaços, funcionários, orçamento, instrumentos de trabalho a um comando único”, o que levaria, para ser ao menos lógico, à incorporação da Câmara e Senado em um sistema unicameral; e, na outra ponta dos pretextos, porque “mesmo numa casa, quando mandam marido e mulher isso não funciona”.

E, no entanto, é simples a motivação de Ulysses para o acúmulo: como presidente da Constituinte, estará trabalhando para a aprovação do parlamentarismo, e, como presidente da Câmara, terá em mãos os melhores instrumentos para fazer-se indicar primeiro-ministro.

### Dólares voadores

Foi preciso trazer às pressas de Nova York, em vôo da Varig, os quatro milhões de dólares para o resgate de Antônio Beltran Martínez, porque o governo não dispunha da importância em papel-moeda para fazê-lo ao Bradesco.

Uma urgência justificou-se pelo exíguo e preocupante tempo disponível entre o pedido do resgate e o primeiro horário marcado para a entrega, à qual os sequestradores não compareceram. Naquela terça-feira, 25 de novembro, os quatro milhões de dólares ficaram ao alcance de qualquer um, dentro de um carro-forte, das 12 às 20 horas, quando foi recolhido à espera do novo comunicado dos sequestradores.

Vários jornalistas, como já registrou meu colega Dácio Nitirini, tivemos conhecimento dos episódios desde o seu início. Alguns, com riqueza de minúcias, do que dá exemplo aquela importação dos dólares. E todos os jornais respeitaram o sigilo pedido, com justos motivos, pelo Bradesco.

Seria um avanço, que provavelmente não ocorrerá, se o episódio estimulasse todos os jornais a fixar alguns fundamentos éticos, ainda que mínimos, para o noticiário de casos policiais. Seções de noticiário policial são, em grande parte, um misto de manipulação dos fatos, construindo falsas verdades que deformam processos e julgamentos, e inspiração didática para fraquezas do pior gênero. É raro haver uma instituição ou pessoa com prestígio, para mudar essa regra, mesmo que por um momento.

A extinção do Senado e a implantação de um sistema unicameral para o Congresso será uma das teses que ganhará força entre os parlamentares que elaborarão a próxima Constituição, quando se instalar, a primeiro de fevereiro do próximo ano, a nova Legislatura. Se partidos como o PT, PDT e PTB defendem a extinção do bicameralismo atual — com o funcionamento do Senado e da Câmara dos Deputados —, parlamentares como o senador eleito pelo PDS paraense, Jarbas Passarinho, 66, e o líder do PDS na Câmara, Amaral Netto, 66, defendem a tese de que, enquanto houver Federação, o Senado significa o equilíbrio de poder entre os Estados.

Jarbas Passarinho, ex-ministro do Trabalho, da Educação e da Previdência Social, é favorável à manutenção do bicameralismo para preservar a federação, mas admite o unicameralismo apenas numa hipótese: da instauração do sistema parlamentar de governo.

Passarinho admitiu que as representações no Senado nem sempre atuam em função dos interesses dos Estados, mas de conformidade com seus compromissos partidários. Outro aspecto que, a seu ver, também deve ter contribuído para a existência do movimento contra o Senado foi o das obstruções ali feitas, em caráter pessoal, por alguns senadores, bem como os episódios de falta de quórum nas sessões de sabatina



Jarbas Passarinho



Amaral Netto



Ulysses Guimarães

dos embaixadores cujos nomes têm de ser aprovados por aquela Casa.

O fato de o Legislativo, em geral, ou o Senado, em particular, estar em descrédito perante a opinião pública, não constitui, para Passarinho, motivo de preocupação. A propósito, Passarinho recordou pesquisa divulgada há tempos pela Folha, segundo a qual as instituições mais desacreditadas do país são a imprensa e o Congresso. “Mas um país sem imprensa e sem Legislativo é um país sem democracia”, disse ele.

Depois de afirmar que defende o Senado, “mas não por motivos pessoais, pelo fato de ter sido eleito senador”, Passarinho considerou suicida a pregação dos políticos de

Estados do norte ou do nordeste, favoráveis ao unicameralismo.

“No Pará, somos dezesseis deputados. São Paulo, por sua vez, tem sessenta deputados. Sem o Senado — acrescentou Passarinho —, pensar que poderemos resolver nossos problemas no âmbito legislativo em igualdade de condições com os Estados poderosos é pura utopia”.

### Amaral Netto

O líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto, chegou a defender, há tempos, a extinção do Senado. Agora, no entanto, o líder pedessista mudou de idéia. “Ouvi muitos companheiros de partido”, disse, “e passei a admitir a manutenção do Senado, por entender que a missão

institucional dessa Casa continua a ser indispensável”.

Outros defensores do bicameralismo são os senadores Hélio Gueiros, do PMDB do Pará — eleito governador em seu Estado —, e Alfredo Campos, líder peemedebista naquela Casa e reeleito em 15 de novembro. Ambos sustentam que “enquanto formos organizados federalmente não podemos abrir mão do Senado”.

O presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, é um dos raros peemedebistas da cúpula partidária favoráveis ao bicameralismo atual. Ulysses considera a existência do Senado fator de equilíbrio político entre os Estados da federação.

## Pequenos partidos perderam existência legal

Do Sucursal de Brasília

Os 24 partidos que estavam apenas habilitados a concorrer às últimas eleições — os chamados pequenos —, a partir do dia 16 de novembro ficaram sem base legal para prosseguir como partido político. Segundo o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro José Neri da Silveira, 54, até o final da semana, apenas o Partido Liberal (PL) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) haviam entrado com novo pedido de registro provisório junto ao tribunal para regularizar sua situação.

Com exceção do PMDB, PFL, PTB, PDT, PT e PDS, que têm registro definitivo, todos os demais partidos encontram-se nessa situação. A Emenda Constitucional nº 25, aprovada pelo Congresso Nacional no primeiro semestre do ano passado,

permitiu a formação de novos partidos e legalização daqueles que estavam na clandestinidade. O artigo 13 da Lei 7.332 — legislação eleitoral e partidária — habilitou os partidos que encaminharam ao TSE, até 15 de julho de 1985, seus programas, manifestos e estatutos a participarem das eleições de novembro daquele ano. O artigo 2 da Lei 7.454, de 30 de novembro de 1985, permitiu aos mesmos partidos participar das eleições de novembro deste ano. Passadas as eleições, segundo a lei, esses partidos deixaram de existir.

### Parlamentares eleitos

Dos 24 partidos chamados “pequenos”, apenas seis elegeram deputados federais nas últimas eleições. São eles o PCB, PC do B, PSB, PSC, PL e PDC, que, ao todo, elegeram 19 parlamentares. No Senado, o senador

Itamar Franco (MG) — caso não retorne ao PMDB — volta pelo PL. Jamil Haddad (RJ) continua pelo PSB, Mauro Borges (GO) pelo PDC e Antonio Farias foi eleito pelo PMB de Pernambuco.

Estes parlamentares não estão obrigados a optar por um dos partidos já definitivamente registrados, esclarece o ministro José Neri da Silveira. Eles poderão exercer suas atividades parlamentares sob a sigla pela qual se elegeram, sem prejuízo de suas funções. O TSE entende, porém, que os parlamentares devem mostrar interesse em dinamizar o registro dos partidos, já que eles podem ficar excluídos do horário gratuito no rádio e na televisão e do Fundo Partidário (recursos distribuídos pelo TSE entre os partidos legalmente existentes), por exemplo.

Os partidos podem, a qualquer

momento, requerer junto ao TSE o registro provisório. Basta que um mínimo de 101 fundadores eleja uma Comissão Diretora Nacional Provisória, composta de sete a onze membros. Essa Comissão deverá publicar na imprensa oficial o manifesto de lançamento, acompanhado do estatuto e programa do partido, e se encarregar das providências junto ao TSE. Os partidos precisam ainda formar diretórios regionais em nove Estados e diretórios municipais em pelo menos 20% dos municípios localizados nesses Estados.

## Integralistas têm tímido ‘lobby’ para a Constituinte

JOÃO BATISTA NATALI  
Do Reportagem Local

Um pequeno mas quase perdoável paradoxo: Dario Alves, 48, secretário da Casa de Plínio Salgado, pequena e saudosista instituição com sede em São Paulo, afirma que os integralistas desejam única e exclusivamente permanecerem em silêncio e à margem das discussões políticas. Mesmo assim, a entidade de que é dirigente está elaborando um projeto de Constituição a ser enviado aos cerca de duzentos deputados e senadores que julga “de confiança” no Congresso constituinte.

Enquanto isso, da Carmela Salgado, 75, viúva do fundador e grande “chefe” da Ação Integralista Brasileira (AIB), nascido em 1895 e falecido em 1975, reimprimiu e já expediu para simpatizantes perto de mil exemplares de um projeto de emenda constitucional, apresentado no Congresso em 1966 por seu marido, na época, então deputado paulista pela Arena, instituindo uma Câmara Orgânica em que entidades patronais e sindicais, artísticas e religiosas constituiriam, com seus representantes, uma espécie de terceiro plenário do Legislativo federal.

Convenhamos que uma e outra iniciativa são quantitativamente irracionais, se comparadas à pressão que essa mesma direita organizada exerceu, em 1934, quando pela penúltima vez na história republicana os brasi-

leiros elegeram seus representantes para a redação de uma Constituição. Some-se a isso o fato de a única sigla que hoje reivindica a herança integralista — o Partido de Ação Nacionalista (PAN) — não se ter viabilizado a tempo para disputar as eleições de 15 de novembro, e seu presidente nacional, Rômulo Augusto Romero Fontes, concorrendo a deputado federal pelo modesto PND, ter obtido simbólicos 396 votos em São Paulo.

Em verdade, desorganizados e divididos, os velhos integralistas e seus descendentes políticos contemtam-se em recitar nomes de seus hipotéticos ou reais aliados, que atuaram como porta-vozes, no Congresso, de uma doutrina que aparentemente não sensibilizou os grupos conservadores mais articulados e menos arcaicos que o país foi capaz de gerar.

“O integralismo nasceu em 1932 e desapareceu em 1937. A Casa de Plínio Salgado não é um centro de ação política”, afirma Dario Alves, acrescentando estar hoje fora de cogitação a criação de uma sigla, como o PRP, Partido de Representação Popular, que Salgado dirigiu entre 1947 e 1966, e que foi um dos pequenos entre os treze autorizados a funcionar até o movimento de 1964.

### Postura “contemplativa”

Os dirigentes da Casa estariam pecando por uma postura “apenas

contemplativa da obra de Plínio Salgado”, afirma em São Paulo o secretário-geral do PAN, Antônio Carlos Meireles, 42, para quem seu partido, saindo a campo há menos de quatro anos, e com um grupo inicial de dez militantes, conseguiu “arrebatar a atenção dos integralistas”. Ele cita as duas convenções já realizadas, a segunda delas, em Brasília, com representantes de doze dos dezoito Estados em que o PAN possui núcleos organizados. Por sua vez, o “Ação Nacional”, por ele publicado com periodicidade irregular — o último saiu há quatro meses e o próximo será impresso em janeiro — tem trinta mil exemplares, dois dos quais distribuídos a assinantes.

O desempenho eleitoral de Rômulo Fontes é, para Meireles, um episódio secundário. “Apoiamos muitos outros candidatos em partidos diferentes, preferindo de forma prioritária resistir ideologicamente a representantes de certas correntes políticas”, diz ele, afirmando ter sido o PAN que lançou, no ano passado, o lema “Cristão vota em Jânio”, sem no entanto cobrar do prefeito paulistano nenhuma recompensa em termos logísticos ou de cargos públicos.

Adversária da criação de um partido específico, Carmela Salgado defende, na prática, um comportamento eleitoral que o PAN acabou adotando como alternativa também

seguida por outros grupos não reconhecidos pela Justiça Eleitoral. “Não precisamos dos partidos políticos, porque temos amigos em todos eles. Até no PT”, afirma ela, sem fornecer maiores detalhes, em seu apartamento no Jardim Paulista, zona sul de São Paulo. Mesmo se o PT é um exemplo digno do mais puro cortocircuito, diante do impositivo acasalamento do nacionalismo de direita com a esquerda sindical ou intelectualizada, da Carmela mencionou nomes dos escalões intermediários do PMDB, que, procurados pela Folha, negaram constrangidos serem integralistas, embora se definissem como amigos e admiradores do fundador da AIB.

A Casa de Plínio Salgado, sobrevivente de um grupo de entidades hoje desativadas, como a Associação Brasileira de Cultura e o Centro Cultural Jackson Figueiredo, ambas no passado instaladas na avenida Brigadeiro Luís Antônio (centro), diz ter adotado a mesma tática do apoio disperso e diluído a candidatos de outros partidos. Mesmo que, com isso, perca seu poder de pressão, a modesta redação de um projeto constitucional, “a ser entregue pessoalmente” aos parlamentares escolhidos, define, para Dario Alves, o tipo de atuação discreta que os filiados da Casa desejam. Não se trata de propor uma República Corporativista, como a apreçada por

Plínio Salgado na década de 30. Ambicionando ser uma “síntese do pensamento constitucional brasileiro”, o documento se alimentaria em fontes consideradas precursoras da AIB, como Alberto Torres, Pandiá Calógeras e Oliveira Vianna, e obviamente em Plínio Salgado, como em sua proposta de “deveres” paralelos aos direitos dos cidadãos.

Essa heterodoxia com relação ao pensamento do “chefe” é em parte compartilhada pelo PAN, que rejeita a idéia de constituição de milícias, e, de acordo com Meireles, nega-se a transformar em pedra angular da militância o que chama de “fisiologismo anticomunista”, praticado por grupos da direita nas duas últimas décadas. Em seu pequeno raio de influência, no entanto, o pequeno partido diz pretender influir para que as Forças Armadas não percam seu poder de intervenção nos assuntos de segurança interna, na eventualidade de futuras convulsões.

## Jesus ou papai (!) noel (III)

O que não pode ocorrer no Natal é que um dia nascido para louvar o Cristo de Deus, e que lembra Sua Doutrina de Solidariedade Suprema e Redenção das Almas, tão necessária aos tempos modernos, sirva à causa mercantil de um “simpático”, mas inexistente, “velhinho”, que não tem mensagem alguma perante a grandeza de Jesus, cujo Novo Mandamento — AMAI-VOS COMO EU VOS AMEI — é o maior ideal humanitário de todos os tempos da História. É a Lei da Solidariedade Social, sem o que jamais verdadeiramente haverá Justiça Social. Não há regime bom enquanto o Homem for mau. Por isso, Constituinte que não levar a sério o Brasileiro e seu Espírito fará um novo gíbi, a ser lido e jogado fora.

### A Paz desarmada

(...) Se o mundo quer festejar noel como símbolo psicodélico da paz (paz inoperante), que o faça noutro dia, mas, não no Natal de Jesus, que há dois milênios legou-nos a Paz que o mundo não pode dar, sem que até hoje verdadeiramente tenhamos sabido recorrer a ela. A Paz desarmada nunca resultará dos tratados políticos, mas de uma profunda transformação do Espírito humano. Quem confia em Jesus não perde o seu tempo!

Ainda a respeito do Natal, numa conferência pronunciada em dezembro de 1985, assim falei:

A Humanidade — sem perceber o prejuízo que está sofrendo — vem preferindo Noel a Jesus. Longe de nós qualquer conflituosa conotação ideológica humana, pois não estamos aqui a serviço da direita, da esquerda ou do centro.

Nossa ideologia é o Cristianismo do Cristo, que abomina o Natal da exploração. A nossa coerência é o bem do nosso semelhante.

## Ódio é arma voltada contra o peito de quem odeia

E não venham lá dizer que estamos promovendo o rancor, porque não fazemos parte desse time. Admitemos, o ódio é arma voltada contra o peito de quem odeia. O que queremos dizer é que noel hoje não representa nada além do que o engano de um dia para uns poucos, quando Jesus é a certeza próxima de tempos melhores, uma vez que seguida e respeitada a Sua dinâmica pregação.

Os Apóstolos do Mestre Divino saíram pelo Mundo divulgando a Sua Palavra de renovação das mentes. Eles se maravilhavam ante os feitos extraordinários do Salvador.

(...) Para levantar-lhe o moral e provar-lhe que não há impossíveis aqueles que realmente têm Fé — não a fé bolorenta dos ociosos, mas a Fé REALIZANTE dos que sabem que Ele governa o mundo —, Jesus revela ao Homem terreno: Vós sois deuses. E realizareis muito mais que Eu, pois volto ao Pai, enquanto permaneceres na Terra.

No seu inolável Poema da Amizade, Zarur fotografa o Mundo e o fato de que nossas inferioridades — que ainda afligem o Ser Humano em todas as latitudes do Planeta — não são empecilhos intransponíveis à melhoria da sociedade:

Não, talentosos luminares e astros! Da vaidade infinita, que me aterra! Os homens podem, mesmo assim de rastos, Tentar trazer o paraíso à terra.

E explica como: Mas é preciso que haja em todos nós! Um pouco de renúncia e de modestia, / Uma nega, uma fimbria ou fração rústia! De solidariedade em nossa voz.

José de Palma Netto  
Jornalista e Radialista. Diretor-Presidente da Legião da Boa Vontade.

## Livros dos ‘camisas verdes’ são raros mesmo em ‘sebos’

Da Reportagem Local

Exemplar típico de um período em que o anti-semitismo misturava-se com a propaganda do fascismo no Brasil, “Judaísmo, Maçonaria e Comunismo”, de Gustavo Barroso (1888-1959), editado em 1935, custava há menos de um ano C\$ 500 em qualquer boa loja de livros usados de São Paulo. Seu preço praticamente dobrou. Do mesmo autor, e com a mesma contaminação ideológica, “A Sinagoga Paulista”, de 1937, também pulou de C\$ 1.000 para C\$ 2.000. Esta inflação se deve a uma oferta infinitamente menor que a procura. Assim, os livros de Barroso passam a valer uma fortuna, se comparados aos de seus contemporâneos da Ação Integralista Brasileira (AIB), como Miguel Reale e Plínio Salgado.

A não reedição é justificada pelo crítico e editor Jacó Guinzburg: “Ninguém se arriscaria a ser condenado pela lei Alfonso Arinos” — de 1951, que considera contravenção penal, sujeita a multas e prisão, os responsáveis por discriminação racial. Foi evocando-a que, há cerca de trinta anos, um grupo de israelitas conseguiu a proibição de uma reedição dos “Protocolos dos Sábios de Sion”, livro apócrifo que inspirou a extrema-direita mundial nos anos 30, do qual, aliás, Barroso fez uma edição comentada em 1935. Um de seus exemplares foi vendido por C\$ 3.000, há dias, por Mauro Cesar Gouveia, 40, proprietário da livraria Minas Gerais, na praça D. José Gaspar (centro de São Paulo). Gumercindo

Rocha Dória, biógrafo de Salgado e especialista em integralistas, diz que “há muitos anos” procurou um dos herdeiros do escritor, em Brasília, que não quis que a obra do pai voltasse à tona.

Na AIB, a tese anti-semita não era apoiada por Santiago Dantas, o padre Hélder Câmara (que, com uma postura radicalmente revisada, foi bispo-auxiliar do Rio e arcebispo de Olinda e Recife) e até Salgado. Francisco Martins, 61, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor de recente estudo sobre os integralistas, reduz Barroso e sua influência a uma das “linhas de reflexão” do movimento.

Essa distinção, de qualquer modo, não é evidente num simples folhear de sua obra. Em “Brasil, Colônia de Banqueiros” (1937), ele diz haver um “plano dos judeus para a conquista do mundo” através do sistema financeiro internacional. Em “A Sinagoga Paulista”, ataca um suposto complot judeu com o deputado Horácio Lafer, para a importação de equipamento têxtil para a Companhia Nitro Química Brasileira. Em 1935, seu “O Integralismo e o Mundo”, não encontrável nem nos “sebos”, argumenta ser necessário derrotar os judeus e restaurar a cristandade através “de uma revolução espiritual”. Combatia indistintamente, por suas origens israelitas, do economista Roberto Simonsen ao governador paulista Armando Salles de Oliveira. Barroso, também romancista, morreu como membro da Academia Brasileira de Letras.

## Ação Integralista Brasileira teve cinco anos de legalidade

Da Reportagem Local

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi fundada oficialmente como partido político em 7 de outubro de 1932, pelo “chefe nacional” Plínio Salgado, e dissolvida por decreto de Getúlio Vargas a 3 de dezembro de 1937.

As raízes do movimento estão nos meados da década de 20 — uma das primeiras referências é o romance “O Estrangeiro”, de Plínio Salgado, publicado em 1926. Mas é em 32 que o movimento começa a se cristalizar: Salgado funda em março a Sociedade de Estudos Políticos, gema e clara da AIB. Como naquele mês eclode a Revolução Constitucionalista, o movimento teve seu lançamento oficial adiado até a publicação, em outubro, do “Manifesto”, enviado a intelectuais, sobretudo os ligados à Igreja, aos políticos e à sociedade paulista.

A partir daí, o integralismo obteve no país um crescimento surpreendente. Hélgio Trindade, autor do livro “Integralismo — o Fascismo Brasileiro na Década de 30”, apurou que, publicados entre 1932 e 1937, a AIB possuía 56 periódicos regionais. Na época de sua dissolução, estava implantada em todas as regiões do país. Em 36, estima-se que possuía três mil núcleos.

Os integralistas defendiam uma “concepção do universo e do homem”, sintetizada no lema: “Deus, Pátria, Família”, que desembocou na defesa do corporativismo, no nacionalismo exacerbado e na tentativa de automilitarização. Salgado,

**G. ARONSON**  
o paraíso dos eletrodomésticos!

**TUDO EM CONDIÇÕES CELESTIAIS!**  
PREÇOS DE ALTO ATACADO PRONTA ENTREGA

**3 VEZES SEM JUROS**

**G. ARONSON**  
O INÍMIGO Nº 1 DOS PREÇOS ALTOS  
R. Conselheiro Crispiniano, 44 e filiais